

2.11 • As Forças Armadas dos PALOP

Angola: políticas de defesa, alianças regionais e percepção de ameaças

José Mendonça da Luz
João Matias

A ACELERAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO no pós-guerra fria teve como consequência a diminuição dos conflitos abertos entre nações – mas não dos camuflados, aparentemente – e por outro lado o aumento da colaboração internacional, a nível global e regional.

Angola, terminados os conflitos internos após mais de vinte anos, optou por reforçar a sua participação nas alianças regionais africanas e por fortalecer as suas estruturas internas de defesa e segurança (as Forças Armadas, a Polícia Nacional, entidades civis) com o objectivo de fazer frente aos novos tipos de ameaça que enfrenta que se apresentam na forma das ameaças assimétricas, sobretudo as ligadas ao terrorismo internacional, os conflitos fronteiriços – que incluem as disputas de zonas económicas exclusivas abandonadas de recursos primários –, o crime organizado internacional e a imigração ilegal em massa.

De momento, aparentemente, será a imigração ilegal a que colocará uma maior ameaça à estabilidade da nação angolana, na forma das enormes massas humanas que se transferem sobretudo da República Democrática do Congo, da República do Congo e Zâmbia (mesmo quando se tratam de pessoas cujas etnias também se incluem no território angolano mas cuja cidadania calhou, por nascimento, para lá da fronteira). Paralelamente, Angola também parece recluir que as suas recentes colaborações com a República Popular da China possam aumentar e diversificar o fenómeno das “invasões silenciosas” e a perda de soberania de recursos nacionais e da progressão laboral nacional.

Angola na União Africana

Angola tem na sua participação nas organizações internacionais – mesmo que sejam parcerias so-

brepostas – a oportunidade de se afirmar como potência regional e pan-africana. Neste sentido, e através das reformas das Forças Armadas, tem participado em diversos exercícios militares no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (exercícios tipo Felino), Comunidade Económica dos Estados da África Central (Kuanza 2010) e Comunidade dos Países do Sul de África/ SADC (*Southern African Development Community*) – Dolphin I e II – e singularmente com os Estados Unidos na área da saúde militar, tendo como resultado a melhoria da capacidade de produção de doutrina própria, melhoramento da capacidade de comando e exploração das forças. Apesar de não participar com tropas em operações de manutenção da paz – excepto, a nível independente ter erguido a MISSANG – Angola coopera na criação das brigadas da SADC (SADCBRIG, estacionada em Gaboronne



Países membros da SADC. Fonte: <http://www.sadc.int/>

no Botsuana), na das *African Standby Force* e no CEWS (*Continental Early Warning System*) da União Africana, e no âmbito da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CE-EAC), na Força Multinacional da África Central e no seu próprio mecanismo de alerta (MARAC/*Mecanisme d'Alert Rapid en Afrique Central*), assim como nalguns tratados de defesa mútua incluídos nas diversas organizações. É possível que o governo Angolano percepcione apostar mais na colaboração das iniciativas da *Southern African Development Community* dada a proximidade geográfica dos seus constituintes. Ainda no âmbito da SADC e para fazer face à ameaça transfronteiriça do crime organizado, Angola é membro da Organização de Coordenação dos Chefes de Polícia da Região da África Austral (SARPCCO), cuja função é a acção conjunta das diversas forças policiais dos seus doze estados membros e de agir como membro regional da Interpol.

Cada comunidade económica regional da União Africana – cinco no total e Angola pertence a duas: SADC e CEEAC – estaria encarregue de levantar uma força de tipo Brigada que incluiria também pessoal civil e policial, formando estas a *African Standby Force* (uma força que se pretende que possua a capacidade de intervir celeramente: a pretensão é a de que o tempo mínimo de projecção seja de 14 dias para casos de intervenção urgente), pois o conceito da arquitectura para a paz e segurança em África – cujo objectivo é o fim dos conflitos e o desenvolvimento económico-social do continente – está estritamente ligado e dependente da eficácia de uma estrutura de segurança. A União Africana (UA) pretende passar do estádio de “simples” fornecedora de tropas e/ou observadores para os teatros para uma posição de se capacitar no sentido de também poder ter a iniciativa e controlo do planeamento operacional. O protocolo do conselho de segurança da UA contempla ainda a participação directa com forças das Nações Unidas. Especificamente, a SADC criou o Plano Regional Indicativo do Desenvolvimento Estratégico (RISDP) – como compromisso geral – e como seu complemento o Plano Indicativo Estratégico para o Órgão (SIPO I e II, com revisões quinquenais) que enquadra as actividades específicas do pacto de defesa mútua e o protocolo de defesa e segurança desta região económica. A formação das Brigadas por região económica da UA pretende responder à diversidade e especificidade dos desafios que cada região enfrenta, assim como melhor gerir as capacidades militares dos diversos países balanceando e preenchendo as lacunas de uns e de outros.

Aplicação dos protocolos de segurança regional

Os principais impedimentos ao sucesso dos SIPO não têm sido tensões militares mas antes o estado do desenvolvimento económico e social da região, reflexo do difícil estado de coisas que pautou os anos de criação da zona económica e a diversidade política dos seus Estados-

membros constituintes. O mais recente SIPO identificou que as principais ameaças aos seus Estados-membros devem ser enfrentadas com a aposta nas forças de imposição de paz e nas acções de apoio à sociedade civil (desminagem, controlo de armamento, consciencialização e tratamento de doenças infecciosas, controlo de migrações), na cooperação de informações através dos seus respectivos serviços cuja especialização deverá ser perseguida e nas reformas na área da segurança.

“
Angola [...] optou por reforçar a sua participação nas alianças regionais africanas e por fortalecer as suas estruturas internas de defesa e segurança [...]”

A recente transferência de responsabilidades por parte dos Angolanos na missão de manutenção de paz na Guiné para a esfera de influência da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental é um bom exemplo da progressão política – mas também da sua elevada complexidade e fragilidade –, do *momentum* de actuação, afirmação e intenções da segurança regional africana na sua União.

Angola, ao participar nestas alianças, e ao colocar-se na linha da frente, parece estar a cimentar perante o mundo que a observa a sua evolução democrática e o seu papel como agente de estabilidade africana. ■

Referências

- MÖLLER, Björn — “The African Union as a security actor: African solutions to African problems?”. In *Crisis States Working Papers Series nº 2*. London: Destin: London School of Economics, 2009.
- NEETHLING, Theo — “Realizing the African Standby Force as a pan-African ideal: progress, prospects and challenges”. *Journal of Military and Strategic Studies vol. 8 issue 1*. Calgary: Center for Military and Strategic Studies, University of Calgary, 2005.
- HOLT, Victoria, et al — *African capacity-building for Peace Operations: UN Collaboration with the African Union and the ECOWAS*. Washington, H. L. Stimson Center, 2005.
- CILLIERS, Jakkie — “The African Standby Force, An update on progress”. S. I, *ISS Paper nº 160*. Institute for Security Studies, 2008.
- GAMBA, Virginia — “SADC Cooperation and Progress with the SADC Brigade”. In LE ROUX, Len (Dir.) — *South African Army Vision 2020, vol. nº 2*. Pretoria: Institute for Security Studies, 2008.
- MARSHALL, Jeffery — “Building an effective Standby Force to promote African stability, conflict resolution, and prosperity”. In *Crisis States Working Papers Series*. London: Destin: London School of Economics, 2009.
- DERSO, Solomon — “The role and place of the African Standby Force within the African Peace and Security Architecture”. *ISS Paper nº 209*. ISS, 2009.
- NASH, William, (Dir.) — *Towards an Angolan Strategy: prioritizing US-Angolan relations*. New York: The Council on Foreign Relations, 2007.
- BERNARDINO, Luís — “Contributos de Angola para a arquitectura de Paz e Segurança Africana”. In PAVIA, José (Coord.) — *A política externa de Angola no novo contexto internacional*. Lisboa: Quidjuris, 2011.
- TAVARES, Rodrigo — *Regional Security: the capacity of international organizations*. Oxon: Routledge, 2010.
- COELHO, João Paulo Borges — *SADC: cooperação e segurança pública*. S. I, IESE, 2011.
- VAN NIEUWKERK, Anthoni — “Towards peace and security in southern Africa”. In *Africa Peace and Security Series nº 6*. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2012.

Sítios na internet

- Descrição da SARPCCO na INTERPOL: <http://www.interpol.int/Public/Region/Africa/Committees/SARPCCO.asp>
- Basel Inst. Of Governance: <http://www.assetrecovery.org/kc>
- SADC em <http://www.sadc.int>
- CEEAC/ECCAS: <http://www.ceeac-eccas.org>